

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SECMMH

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

5ª GESTÃO

Data da Reunião: 7 de junho de 2016

Local: Rua Líbero Badaró nº 504 – 10º andar – Auditório da Sala 102 – Centro – SP

Aos sete dias do mês de junho do ano 2016, às 14h, nas dependências do Edifício Martinelli, 10º andar, auditório da sala 102, Rua Líbero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-se, para a 4ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Habitação – 5ª Gestão 2014/2016, conforme lista de presença, os **Conselheiros (as) do Poder Público:** João Sette Whitaker Ferreira (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Mário Wilson Pedreira Realí (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Denise Lopes de Souza (Conselheira Poder Público/SEHAB); Luiz Fernando Macarrão (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Guilherme Fatorelli Del'Arco (Conselheiro Poder Público/SEL); Geraldo Juncal Júnior (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Celso Aparecido Sampaio (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Rosa Maria Miraldo (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Cristiane Genofre Zabatiere (Conselheira Poder Público/SEMDET); Roberto Lucca Molin (Conselheiro Poder Público/Sec. Habitação de SP) e Maria Cláudia Pereira de Souza (Conselheira Poder Público/CDHU).

Conselheiros (as) dos Movimentos Populares: José de Abraão (Cons. Mov. Populares/Assoc. Trab. Sem Terra da Zona Oeste); Benedito R. Barbosa (Conselheiro Mov. Populares/Assoc. Mov. de Moradia R. Sudeste); Maria Barbosa Rastelle (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Mor. Região Sudeste); Carmen da Silva Ferreira (Conselheira Mov. Populares/MSTC); Eliete Calisto da Cruz (Cons. Mov. Pop./Assoc. Amigos do Jd. Ipanema) e Ede-nilda das Neves Carneiro Sousa (Conselheira Mov. Populares/MDM). **Conselheiros (as) da Sociedade Civil:** Débora Sanches (Conselheira Soc. Civil/Centro Universitário Belas Artes SP); Marco Antônio Florenzano (Conselheiro Soc. Civil/APEMEC); Élcio Sigolo (Conselheiro Soc. Civil/SINDUSCON-SP); Maria Isabel Nobre de Sousa Cabral (Conselheira Soc. Civil/PEABIRU); Rafael Borges Pereira (Conselheiro Sociedade Civil/PEABIRU); Maria dos Anjos B. dos Santos (Cons. Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Dir. Humanos) e Natasha Mincoff Menegon (Conselheira Soc. Civil/Instituto Pólis). **Ausentes os (as) Conselheiros (as):** João Leopoldo Wernek de Camargo (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Márcia Maria Fartos Terlizzi (Conselheira Poder Público/SEHAB); Maria Rosa Lazinho (Conselheira Poder Público/SEL); Wagner Germanio (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Patrícia Saran (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Lilian Cristina de Moraes Calcagno (Conselheira Poder Público/SIURB); Ricardo Rezende Garcia (Cons. Poder Público/SIURB); Fernando José Dias Corrêa (Conselheiro Poder Público/SF); Larissa Carolina de Almeida Marco (Conselheira Poder Público/SF); Alberto Kleinias (Cons. Poder Público/SEMDET); Tais Jamra Tsukumo (Conselheira Poder Público/PROCENTRO); Nuria Pardilhos Vieira (Conselheira Poder Público/PROCENTRO); Nelson Luiz Baeta Neves Filho (Cons. Poder Público/Sec. Habitação de SP); Marcos Rodrigues Penido (Conselheiro Poder Público/CDHU); Lúcia Helena Silva (Conselheira Poder Público/CEF); Antônio Marsura (Conselheiro Poder Público/CEF); José de Jesus F. da Silva (Cons. Mov. Populares/Assoc. dos Trab. Sem Terra Zona Oeste); Sídney A. Euzébio Pita (Conselheiro Mov. Populares/UJC); Valdeci Gomes (Conselheiro Mov. Populares/UJC); Felícia M. Dias (Cons. Mov. Populares/Assoc. Morar e Preservar da Chác. do Conde F. I.); Rosana do Carmo Cruz (Cons. Mov. Pop./Assoc. Morar e Preservar Chác. do Conde F1); Jomarina Abreu Pires da Fonseca (Conselheira Mov. Populares/MSTC); Maria Aparecida Ferreira (Cons. Mov. Pop./Assoc. Amigos do Jd. Ipanema); Edinalva Silva Franco Pereira (Cons. Mov. Populares/AMMPT); Manuel Morizzi (Cons. Mov. Pop./AMMPT); Leandro Gujev de Carvalho (Conselheira Mov. Populares/SAM/MNLM-BR); Guiomar Carlos dos Santos (Conselheira Mov. Populares/SAM/MNLM-BR); José Alves Dias (Conselheiro Mov. Populares/AULFASP); João Alexandre da Silva (Conselheiro Mov. Populares/AULFASP); Valmir Vaz Santos (Conselheiro Mov. Pop./Assoc. de Moradores Conj. Res. Paraíso); Edson Urias Tomaz (Cons. Mov. Populares/Assoc. Moradores do Conj. Res. Paraíso); Edson Moraes dos Santos (Cons. Mov. Pop./Assoc. dos Trab. Sem Teto da Z. Noroeste); Maria Elena Ferreira da Silva (Cons. Mov. Pop./Assoc. Trab. Sem Teto Z. Noroeste); Maksuel José Costa (Conselheiro Mov. Populares/MSTI); Ércio José Rodrigues (Cons. Mov. Pop./Mov. Sem Teto do Ipiranga); Dalva Maria de Oliveira (Conselheira Mov. Populares/MDM); Alberto Gomes de O. Vieira (Cons. Mov. Pop./Assoc. Moradores Favela Jd. Nazaré I.); Rosa Maria Beatriz (Cons. Mov. Pop./Assoc. Moradores Favela Jd. Nazaré I.); Luiz Garcia Maldonado (Conselheiro Mov. Populares/CONSEHAB); Fabiana Almeida Oliveira Campos (Conselheira Mov. Populares/CONSEHAB); Maria Aparecida Pontes (Cons. Mov. Populares/Assoc. Unif. de Ações Pop. da Z. Norte); Arlindo Rodrigues da Silva (Cons. Mov. Pop./Assoc. Unif. de Ações Pop. da Z. Norte); Luiz Naomí Iwakami (Conselheira Soc. Civil/Centro Universitário Belas Artes de SP); Júlia Azevedo Moretti (Conselheira Soc. Civil/Belas Artes SP); Rafael Conde Macedo (Conselheiro Soc. Civil/PUC -SP); Caio Santo Amore de Carvalho (Cons. Sociedade Civil/IAB-SP); Erildo Xavier Feigl (Cons. Sociedade Civil/SCIESP); Flávio Tadeu Adriano Niel (Conselheiro Soc. Civil/APEMEC); Cristiano Goldstein (Conselheiro Soc. Civil/SINDUSCON-SP); Abelardo Campoy Diaz (Conselheiro Soc. Civil/SECOVI-SP); Hamilton de França Leite Júnior (Conselheiro Soc. Civil/SECOVI-SP); Flávio Higuchi Hirao (Cons. Sociedade Civil/USINA); Talita Alana Barbosa (Conselheira Soc. Civil/USINA); Flávio Carvalheiro (Conselheiro Soc. Civil/SINCOHAB); Renato Roberto Ribeiro (Conselheiro Soc. Civil/SINCOHAB); Luciana Bedeschi (Conselheira Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Ariovaldo Lopes de Souza (Conselheiro Soc. Civil/CREA-SP); Reinaldo Martins Ruiz (Conselheiro Soc. Civil/CREA-SP); Marcelo Manhães de Almeida (Conselheiro Soc. Civil/OAB) e Nelson de Oliveira Candelária (Conselheiro Soc. Civil/OAB). **Ausências justificadas do (a) Conselheiro (a):** Margareth Matiko Uemura (Cons. Soc. Civil/Instituto Pólis) e Alexandre Marques Tirelli (Conselheiro Soc. Civil/SCIESP).
Presentes os convidados (as): Ana Maria Maluf Moussalli (SEHAB/SECMMH); Edmundo Fontes (COHAB-SP); José Eduardo Villela (COHAB-SP); Osmar Silva Borges (COHAB-SP); Vera Lúcia Silveira Rosa de Barros (SEHAB); Mara Gomes (COHAB-SP); Ivanete de Araújo (ACMLJ-FLM) e Leandro Medeiros (COHAB-SP). Assinaram a lista outras 26 pessoas. Pauta da Reunião: 1) Aprovação da Ata da 12ª Reunião Ordinária do CMH realizada em 19/05/2016; 2) Apresentação do Plano de Investimentos de Habitação de 2016 por fonte de recursos (FMH, FUNDURB, SEHAB, COHAB-SP, Operações Urbanas). Conselheira Denise Lopes de Souza; 3) Situação da desapropriação do imóvel localizado à R. Mauá, 342, Distrito República, Subprefeitura Sé. Conselheiro Celso Aparecido Sampaio. O Sr. Mário dá início aos trabalhos. Sr. Mário – Boa tarde a todos os conselheiros. Vamos dar início à 4ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Habitação. Gostaria de agradecer a presença de todos na reunião anterior, há dez dias, onde não foi possível cumprirmos toda a pauta. Então, propusimos esta reunião extraordinária porque um dos pontos que ficaram pendentes, e seria importante termos um tempo maior para debater, é principalmente estabelecendo no Conselho Municipal de Habitação o fórum central para a discussão da política municipal de habitação, a prestação de contas dos investimentos. E seria muito importante termos uma visão de todas as receitas e suas dinâmicas e quais os investimentos contemplados com cada fonte de recurso. A ideia central desta reunião hoje é fazermos uma apresentação num panorama geral para todos os conselheiros terem uma compreensão mais ampla dos recursos totais da secretaria e de como estamos enfrentando e pautando a política municipal de habitação. Item 1

O primeiro item da pauta é a aprovação da Ata da 12ª Reunião Ordinária do CMH, realizada em 19 de maio de 2016. Gostaria de consultar os conselheiros se todos receberam a ata da última reunião e se existe concordância com seus termos ou se alguém quer alterar algum ponto na ata da última reunião. Existe alguma alteração, alguma proposta de mudança? (Pausa) Em não havendo alteração, gostaria de consultar o Plenário se todos concordam com os termos em que foi redigida a ata, se ela estabelece realmente o que foi discutido, nos termos em que foi discutido. Todos estão de acordo com a aprovação da ata apresentada a todos. (Não há manifestação entre os presentes) Consideramos aprovada a ata da 12ª Reunião Ordinária do CMH. O Item 2 é exatamente a apresentação do Plano de Investimentos de Habitação de 2016 por fonte de recursos do FMH, FUNDURB, SEHAB, COHAB-SP e Operações Urbanas, recursos de transferências. A Conselheira Denise Lopes de Souza fará uma apresentação. Denise.. Item 2. Apresentação do Plano de Investimentos de Habitação de 2016 por fonte de recursos do FMH, FUNDURB, SEHAB, COHAB-SP e Operações Urbanas. (A Sra. Denise faz a apresentação do Item 2 da pauta). Boa tarde a todos. Iniciando a apresentação, vamos primeiro fazer um panorama geral sobre todas as fontes de recursos que hoje aportam e dão suporte às ações de habitação de forma geral. Iniciando por uma visão geral da proposta orçamentária 2016 e a previsão de recursos para 2016, que foi submetido à câmara. É um orçamento estimado em R\$54 bilhões. É sempre importante entender esse número, que é baseado na expectativa de receitas, que todos os órgãos da administração pública informam à Secretaria de Finanças. E com base nessa expectativa de receitas é feita toda uma somatória e apurado. qual seria o valor do orçamento de cada exercício, onde podemos fazer a distribuição de despesas. Ao longo do exercício, essas receitas podem ser verificadas ou não porque é uma estimativa. Então, às vezes, ao final do exercício, a execução orçamentária fica menor do que a expectativa inicial. Mas todo o planejamento da prefeitura é feito com base na expectativa de receita no início de cada exercício. Então, aqui temos os R\$54 bilhões, que é o orçamento previsto baseado na expectativa de receitas no início do exercício, e como esses R\$54 bilhões são divididos em termos percentuais. Então, para investimentos, que é onde executamos a política habitacional, junto com as outras secretarias que também executam seus investimentos, como drenagem, infraestrutura, corredores, estamos aqui, nesses 14,31% destinados a investimentos. Desses 14,31%, 19% são destinados à habitação, o que corresponde a 2,8% do total estimado dos recursos. Então, se fosse 1%, seriam R\$500 mil, R\$1 bilhão, R\$1,5 bilhão, mais ou menos. Agora, falando das fontes de recursos. Na habitação, a política municipal de habitação recebe recursos de diversas fontes. Ela recebe do Fundo Municipal de Habitação, do FUNDURB, que é o Fundo da Urbanização, do Fundo Municipal de Saneamento, das Operações Urbanas, do Governo Estadual e do Governo Federal. Ai vamos ver como funciona cada fonte dessas e para que pode ser aplicada. O FMH, cujo conselho é composto pelos senhores, foi instituído em 1994 por lei específica, destinado a apoiar e suportar financeiramente a política municipal de habitação. Fontes principais de recursos: municipais. No início do FMH, ele recebia muita fonte do Tesouro, porque era um Fundo que inicialmente seria fomentado com fontes do Tesouro Municipal, produziria suas unidades, e as unidades comercializadas realimentariam esse Fundo para novos investimentos. Só que o passo que se dá nesses ações todas é muito moroso. Então, vira e mexe o Fundo ainda depende de recursos municipais. Retorno de seus investimentos e de outorga onerosa de legislações específicas. Algumas legislações, por exemplo, na antiga legislação de operação interligada, que não existe mais, parte dos recursos eram direcionados ao FMH, assim como temos legislações específicas que definem tamanho. Aqui um exemplo de aplicação do FMH, que é o Edifício Asdrúbal do Nascimento, 40 unidades, que recebe esse recurso do FMH. O próximo recurso também é do Fundo de Desenvolvimento Urbano, instituído em 2002, com o Plano Diretor antigo, na Lei nº13.430. Foi alterado em 2014 pela lei recente, do Plano Diretor Estratégico. É um mecanismo de financiamento para transformação da cidade, com obtenção de recursos de outorga onerosa e transferência de potencial construtivo. Então você tem um particular que no zoneamento atual existente na cidade tem interesse em edificar um pouco mais do que o permitido. Então, ele pode, por um procedimento estabelecido na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, comprar esse potencial a mais, que é permitido na legislação, e esse recurso entra no FUNDURB e tem algumas destinações específicas. No nosso caso, em especial, na última lei do Plano Diretor, ele teve uma agravamento legal de que 30% dessa arrecadação são destinados obrigatoriamente à aquisição de áreas para produção de habitação social. Desde que essas áreas estejam localizadas em macroáreas de desenvolvimento. São três macroáreas estabelecidas no Plano Diretor. Então, também é a segunda fonte de recurso usada para desenvolvimento da política habitacional. Como exemplo do que estamos executando nessa fonte, aquisição de áreas para produção habitacional, aqui são algumas áreas que já vêm sendo adquiridas desde 2015, para viabilizar habitação de interesse social. Um exemplo aqui, Abraão Calux, para execução de 406 unidades destinadas à produção do Minha Casa Minha Vida. Essa é uma das destinações em que utilizamos o recurso do FUNDURB. No FUNDURB, existem representantes deste Conselho, titular e suplente. Agora, nessa próxima composição do Conselho, haverá uma nova eleição de representantes para o FUNDURB. No Fundo Municipal de Saneamento Ambiental, esse Fundo fica na Secretaria de Habitação. Aqui também temos representantes deste Conselho no Fundo Municipal de Saneamento Ambiental. É o Rafael e a Eliete. Na próxima administração do Conselho, também teremos eleições para participação. Então, aqui o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental é mais recente, de 2009. Ele é destinado a investimentos e assentamentos precários, habitação e saneamento e infraestrutura urbana. Os recursos desse Fundo são oriundos de repasse. Parte da receita da SABESP, 7,5%, que ela arrecada com a prestação de serviços no município. São deduzidos alguns impostos. Ele vai para esse Fundo e esse Fundo tem também seu plano de aplicação de investimentos na cidade. Por exemplo, aqui, é uma das áreas que o Fundo aporta recursos, Favela do Sapé. A principal aplicação desse Fundo, sempre temos que observar o objetivo final que se pretende fazer, que é a regularização do saneamento. Pode produzir unidades habitacionais, desde que a demanda destinada a essas unidades habitacionais seja oriunda de uma área onde está se regularizando o saneamento, ou removendo, ou seja, revitalizando aquela área, às vezes por alguma obra pública que esteja passando lá. Então, um exemplo um pouco mais de perto do Sapé. Aqui era a situação inicial do córrego e da área. Aqui durante a execução das obras, canalização e remoção. Parte das famílias vai receber infraestrutura permanecendo nas unidades. E parte das famílias, que não era possível sua permanência, foi removida e vai voltar para as unidades que foram construídas. Aqui já é o estágio da obra, a área é dividida em duas partes. Estágio da obra já finalizada. Operações Urbanas. Também visam a promover melhorias em regiões pré-determinadas da cidade, através de parcerias entre o Poder Público e a iniciativa privada, por meio de leis específicas. Operações Urbanas difere um pouco daqueles recursos do FUNDURB, porque o recurso do FUNDURB pode ser obtido na cidade, em qualquer local, dependendo do interesse do particular que queira promover uma habitação com aproveitamento maior da região. Operações Urbanas define perímetros na cidade onde houve uma análise de indicação de que determinada região da cidade precisa revitalizar, precisa modificar, precisa passar por renovação. Então, a prefeitura propõe leis específicas e aprovam-se na câmara perímetros específicos das operações. É feito um estudo de viabilidade de quanto aquela região pode

melhorar em termos de capacidade de aproveitamento. Essa capacidade de aproveitamento adicional é transformada em certificado de potencial de conclusão, que são vendidos, entre outras coisas, no mercado. E o retorno desse recurso só pode ser investido no perímetro daquela operação. Ou em melhoria de infraestrutura ou produção habitacional para as áreas de assentamento precário que estão lá. Então, um exemplo de aplicação de Operações Urbanas aqui, na Operação Urbana Faria Lima, temos aqui o Jardim Edite, no final da Roberto Marinho. O Jardim Edite, como ele era, os prédios da Berrini, o contraste, e já o Jardim Edite construído, totalmente financiado com recursos da Operação Urbana. Fontes do Governo Estadual. Menos fontes de convênios com a CDHU, Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbana, e também convênios com a SABESP. Esse recurso de convênios específicos da SABESP não se confunde com aquele recurso do Fundo Municipal de Saneamento. Além daquele recurso, são possibilitados convênios específicos com a SABESP. Quando a prefeitura está atuando num assentamento que é precário e precisa de um equipamento de saneamento muito caro, não vamos gastar do nosso dinheiro. Então, pedimos um convênio específico com a SABESP porque é uma obra pública, que a cidade vai utilizar. Exemplos aqui: Nova Jaguaré, viabilizado pelos recursos do CDHU, convênio específico. Agora, indo para o Governo Federal. No Governo Federal temos os PACs, onde o PAC tem diversas linhas de recursos que utilizamos na habitação. PAC Moradia Digna para apoiar ações de melhoria e condições de assentamentos precários. Um exemplo aqui é do Heliópolis G. Esse empreendimento teve recursos do PAC. Temos também os recursos federais no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, Faixas 1 e 2. Aqui temos um quadrinho de um balanço de 2009 a 2012, tanto para FDS, como urbanizações, como FAR, nas Faixas 1 e 2, o que foi viabilizado com esses recursos para produção habitacional e, de 2013 a 2016, essas unidades aqui, parte delas já se consolidou e parte delas ainda está em estudo, em avaliação, por conta até das recentes modificações das destinações de Brasília. Então, temos, nesse período todo, um aporte potencial para 40 mil unidades. E aqui um exemplo: Residencial América do Sul, perto do CEU Três Lagos, na Zona Sul, com execução de 1188 unidades. Também o Programa Minha Casa Minha Vida abordando recursos para execução de empreendimentos vinculados a intervenções de infraestrutura, que foram contratadas com recursos do PAC. Por exemplo, o Ponte Baixa, que é uma canalização com outras intervenções diversas feitas pela Secretaria de Infraestrutura Urbana, perto da Estrada do M'boi Mirim, paralelo à Estrada M'Boi Mirim, onde existem recursos do PAC para viabilizar a infraestrutura e para viabilizar as unidades habitacionais do Minha Casa Minha Vida para reassentamento dessas famílias que tiveram que ser reassentadas. Aqui, a situação inicial das obras de canalização. E já num estágio bastante avançado. É uma obra que consegue finalizar esse ano. As unidades habitacionais da primeira área que foi viabilizada – há mais uma que está sendo desapropriada – para reassentamento dessas famílias. Então, essa visão geral vai depender de como a habitação é desenvolvida no Município de São Paulo. São várias fontes, com várias origens, com várias destinações e vamos encaixar as necessidades nessas várias disponibilidades. Sr. João - Queremos cada vez mais trazer essa discussão do conjunto da estruturação financeira da política habitacional porque faz mais sentido discutirmos o varejo de algumas questões se tivermos sempre o domínio do geral. Essa estruturação apresentada, que tem uma grande diversidade de fontes de financiamento, é bastante peculiar, é muito positiva. Temos aqui uma paleta de possibilidades de financiamento que é interessante porque é muito diversificada: FMH, FUNDURB, FMSAI, Operações Urbanas, Governo Estadual e Federal. O problema é que, nos últimos anos, estávamos, como todos os municípios no Brasil e como todos os governos, porque o Governo do Estado fez a mesma coisa, perdurados demais ao último pedacinho, que é do Governo Federal, em função do Minha Casa Minha Vida. Estamos propondo a ampliação dessa paleta, no sentido de não ficarmos tão dependentes do Governo Federal. É claro que toda política de financiamento federal com o escopo, com a dimensão do Minha Casa Minha Vida é bem-vinda. Mas não podemos ficar dependentes somente disso. Todo nosso projeto de estruturação financeira para o Plano Municipal de Habitação está em torno de empoderarmos o FUNDURB, de empoderarmos o FMSAI, de continuarmos trabalhando com essas fontes, mas não dependermos delas. Hoje em dia o que temos em caixa, sobretudo, é FUNDURB, FMSAI e Operações Urbanas. Não é suficiente e precisamos aumentar a parcela que vem do Tesouro Municipal, que vem pelo FMH. Existe uma perspectiva muito grande para isso. Mas a ideia é mostrar que, do ponto de vista de sua arquitetura financeira, a política municipal de habitação não é ruim, não está atrasada. Ela é atualizada. Ela é interessante porque é diversificada. O que precisamos agora é fazer uma batalha política e econômica, para conseguirmos que todas essas caixinhas, inclusive, a do Governo Estadual, estejam sempre mais recheadas. O que temos é uma perspectiva muito boa em relação a ampliar o papel do Fundo a partir da próxima gestão. **Sr. Mário** - Temos uma previsão de receita e em cima da previsão de receita se fixam as despesas, se coloca um teto para as despesas. O orçamento, como é enviado para a Câmara em setembro, muitas vezes, em decorrência da situação econômica do país, do município, podem haver alterações porque temos uma previsão que pode ser ou maior do que o previsto, se há um crescimento econômico, se a economia está aquecida, ou uma previsão a menor. Se temos uma previsão a menor, a Secretaria de Finanças começa a controlar os gastos para não gastar a mais do que tem, para enquadrar despesas na previsão de receitas. Então, às vezes, temos um contingenciamento do orçamento e só é autorizado gastar uma parcela daquele total. Então, às vezes, temos um contingenciamento do orçamento e só é autorizado gastar uma parcela daquele total. Previsão gastar cem, mas se diz: "Olha, estamos prevendo que a receita será 20% menor. Então, só vamos autorizar a despesa de oitenta". Porque os conselheiros que estão participando por exemplo do FUNDURB, do FMSAI, cada Fundo também tem uma dinâmica e uma lógica. Por exemplo, o FMSAI, ano passado, tivemos a crise hídrica e o recurso caiu muito em relação a dois anos atrás. Este ano, está chovendo e estamos com uma expectativa de que a receita da SABESP vai melhorar. Então, o FMSAI talvez tenha recursos. O FUNDURB depende do mercado imobiliário. Então, em cada reunião, às vezes, vimos para falar: "Olha, o dinheiro vem; não vem; é menos". E esse recurso é o que foi disponibilizado. Ele já não é o que está naqueles 14% de capacidade de investimento prevista nos R\$54 bilhões, que estávamos falando: "Olha, temos, dos R\$54 bilhões de orçamento, 19% para investimento". A primeira coisa que cortam é o investimento porque o investimento é o recurso possível de se manobrar mais, porque deixam-se de fazer determinadas coisas. Por exemplo, a folha de pagamento, despesa com custeio, despesas permanentes, é muito mais difícil de cortar. Apesar de haver uma orientação de cortar custeio também de finanças, que foi para adequar a despesa à receita prevista. Só esse parêntesis. Quando a Denise diz que esse é o recurso disponibilizado, é o que temos previsão real de que deve acontecer, mas ainda é menor do que tínhamos de expectativa. **Sra. Denise** - Perfeito. É isso mesmo. Quais programas são executados hoje, sempre lembrando além do FMH. Temos Programa de Urbanização de Favelas. Hoje nessa posição ele tem: R\$86,9 milhões oriundos do FMSAI; R\$16,380 milhões do FUNDURB. Então, aquela possibilidade de aplicação de investimentos do FUNDURB, além dos 30%, que são para desapropriação, já estamos também conseguindo programar. Operações Urbanas, R\$86 milhões. Oriundos do PAC, R\$5,5 milhões. Do CDHU, R\$7,5 milhões. Então, para o Programa de Urbanização de Favelas, R\$202 milhões. Programa Mananciais, R\$36,1 milhões do FMSAI e nenhum recurso adicional

de outras fontes, lembrando que havia uma expectativa grande da terceira fase do Programa Mananciais ter recursos consideráveis do PAC, o que não se concretizou. Então, desses recursos, já vamos abrir o detalhamento para ver onde estão sendo utilizados. Programa de Regularização Fundiária, R\$17,8 milhões do FMSAI e R\$17,8 milhões do FUNDURB. Para desapropriações, R\$2,3 milhões do FMSAI e R\$87,3 milhões do FUNDURB, lembrando por que tenho desapropriação fora do FUNDURB? Porque determinada área não está localizada nas macroáreas com possibilidade de uso dos 30% de recursos destinados. E Casa Paulistana, que está sendo alocado dentro do FUNDURB, R\$47,8 milhões. Então, no total, hoje, temos um recurso de R\$411 milhões passíveis de execução, com garantia de compromissos que podem ser assumidos e saudados até o final do ano, cada um com seu planejamento e seus contratos. Vamos passar agora rapidamente por cada programa para terem uma visão do que está sendo feito. No Programa de Urbanização de Favelas, temos aqui as áreas que ainda estão sob intervenção, de contratos antigos, contratos que vem sendo executados de longa data, justamente pela dificuldade de recursos que se tem a cada ano, para seu andamento. Vamos dar uma olhada em cada um deles. Heliópolis Gleba H, com recursos destinados, estão sendo executados 240 unidades. Essa parcela do Heliópolis é que está sendo executada com esses recursos. Há áreas, frentes paralisadas, que não serão retomadas este ano ainda, porque não há recurso suficiente para isso. Paraisópolis, terceira etapa, os recursos estão sendo destinados à recuperação desse talude, dessa área que está em risco. Ela foi recuperada e foi já desocupada. Então, as obras se concentram nessa área para recuperação. E já executados o pavilhão social, central de triagem, que são equipamentos executados. Hoje os recursos se concentram no Parque Sanfona. Sapé B, ainda em execução, tem 174 unidades. Com os recursos disponibilizados ainda não é possível a finalização desse empreendimento. O gabinete está solicitando recursos adicionais para conseguir terminar o Sapé B. O Sapé A já está finalizado. Falta o Sapé B. São essas unidades que estão em execução. Viela da Paz é uma área que tem um termo de compromisso ajustado com o Ministério Público, onde acompanham o cronograma dessas obras. São 224 unidades que estão sendo executadas. Mas há outras frentes ainda a serem iniciadas, que estão paralisadas porque só conseguimos programar condomínios para que se consiga terminar, para não começar todas as frentes e não acabar nenhuma. Lidiiane. Essa é uma área que tem inclusive recursos do CDHU também. São 221 unidades. Ela fica perto da Ponte Júlio de Mesquita Neto, Centro de Tradições Nordestinas. Essa é uma obra que passou por um período de dificuldade de sua execução por conta da empresa contratada. Agora, a ideia é que retomem rapidamente para concluir essas unidades. O Bumbural é uma área que vão finalizar serviços de contenção. Não vão dar continuidade ainda às unidades habitacionais. Os serviços irão se concentrar na contenção. Ponte dos Remédios e Diogo Pires. Esse contrato também teve um problema. A empresa falhou, fechou o canteiro, teve que buscar a segunda colocada na licitação e não deu certo. Foi buscar a terceira colocada na licitação. Agora retomou com essa empresa. Então, quando temos dinheiro, não temos sorte no contrato. Quando temos contrato bom, não temos dinheiro. É um problema. Mas agora as obras estão sendo retomadas em ritmo acelerado aqui, principalmente, na Ponte dos Remédios. Então, na Ponte dos Remédios, são 340 unidades. No Diogo Pires, essas unidades estão sendo viabilizadas, só que não é possível a finalização desse empreendimento porque as áreas foram invadidas. Há áreas externas invadidas. E essa situação é muito complicada porque os prédios estão nessa configuração e foram invadidos recentemente. Chácara São Judas, é uma finalização de infraestrutura que termina este ano. Zaki Narchi é um monitoramento de gases, que fica naquela região próxima ao Center Norte, ao Novo Hotel, que era uma área de aterro que começou a ter muitos gases. Então, é monitorado o tempo todo. Real Parque está dentro da Operação Urbana. É uma intervenção que termina, entrega 112 unidades este ano. Estevão Baíão. Temos aqui a finalização da estrutura desse prédio e existe um contrato adicional para fechamento, para término e complementação do acabamento. Jardim Edite, apresentei naquela fonte de recursos a parte finalizada e aqui é uma segunda etapa do Jardim Edite. A finalizada está aqui e está agora numa segunda etapa de execução. Agora, partindo para projetos do Renova, que foram lançados há alguns anos e são vários perímetros do Renova na região Sul e Sudeste. Tenho Oratório; Meninos; Água Espiraiada; Pirajussara; Morro do S; Ponte Baixa; outro Pirajussara e Cordeiro. E nas regiões Norte e Leste, os perímetros Cabo Sul de Baixo, 4, 5, 10, 12; Cabo Sul de Cima, 7 e 8; Jardim Japão e Água Vermelha. Alguns projetos estão finalizando. Uma primeira etapa de projetos finalizando. Tivemos dificuldades no desenvolvimento desses projetos. Mas temos uma primeira parte finalizando, que ainda recebe recursos. Hoje estão alocados no Fundo Municipal de Saneamento. Já estiveram no FUNDURB. Entrando agora em outro projeto, Mananciais, outro programa. O Mananciais, como comentei, a expectativa de vinda dos recursos federais não se concretizou. Então, hoje, o aporte de recursos municipais está restrito às áreas com condenação judicial para remoção de famílias em risco, R3 e R4, em algumas áreas que estavam programados projetos. Esses são os lotes de intervenção, mapeamento, Programa Mananciais Fase 3. E aqui o que está sendo viabilizado. Definido lote 1, que é o Boulevard da Paz. Só vai dar ação para cumprimento de ação judicial e remoção de risco. Jardim Arnaldo. Também uma remoção de risco e uma canalização de um trecho dessa área. Por que essa canalização? Porque houve remoção de famílias. O Secretário Adjunto Mário esteve lá semana passada, depois da chuva, e se assustou, porque realmente a situação está muito difícil lá. Houve uma remoção de famílias e agora tem que fazer a obra de canalização para viabilizar essas famílias no local. Arizona. São pequenas infraestruturas necessárias também; não é grande coisa. Aqui da Alegria e Roschel. O Alto da Alegria com ação de remoção e risco também. No Jardim Eldorado, é uma pequena infraestrutura programada também, Mata Virgem. E Cantinho do Céu e Jardim Rodrigo. Também uma pequena infraestrutura necessária para executar. O Programa Mananciais infelizmente está restrito neste ano a essas pequenas intervenções pela falta de recursos disponíveis para uma intervenção maior. Então, o Programa de Regularização Fundiária. Nesse programa, as áreas que estamos trabalhando hoje e intervenções, porque temos a parte de regularização fundiária, que é de regularização documental que também está andando. Aqui é de intervenções. Então, Jardim Continental, Parque das Flores, que é um loteamento. Aqui o Sítio Itaberaba, que é outro loteamento, que tem Ministério Público também, ação judicial envolvida. E dois empreendimentos do antigo Cingapura que estão passando por revitalização, que é aquele Programa 3R, de revitalização, recuperação de crédito e regularização. Então, esses dois empreendimentos estão aqui: Campo Grande e Parque Otero. O Jardim Continental, Parque das Flores, é intervenção com infraestrutura. Aqui está a área. Nesse Parque das Flores há uma área de risco que está recebendo recursos do PAC, via coordenação das subprefeituras. Então, ele não entra no nosso leque de fontes porque a fonte está sendo da SMSP, que é focada só no risco e entramos com toda a execução da infraestrutura local para regularização. Sítio Itaberaba é uma área de risco que tem um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público. Também infraestrutura e vários trechos de contenção. Entrando agora nas desapropriações. Temos hoje programadas desapropriações com recursos do FUNDURB e aquele recurso do FMSAI. Estão programadas todas essas áreas, na verdade, imóveis, porque também existem prédios aqui. Então, aqui temos uma concentração grande de prédios na região Central da cidade, que estão sendo desapropriados. Secretário, aqui já é a linha de ação proposta por essa

nova administração. Então, todos os prédios aqui sendo desapropriados e outras áreas que já vamos entrar em cada uma, para identificarem para que estão sendo destinadas. Então, a área denominada Zavuvus no Jabaguara, essa que está no FM-SAI, ela é destinada ao PAC Drenagem, ao Zavuvus. É uma outra intervenção no Zavuvus. Forte do Rio Branco 1, em São Mateus, 460 unidades. Está no chamamento 1 de 2015 da COHAB. É o Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades. As entidades estão aqui: União dos Moradores das Vila Antônio dos Santos e Adjacências; Associação dos Moradores Conj. Habitacional Casa Branca e Associação Comunitária Beneficente Jardim Santa Adélia, que foram entidades selecionadas nesse chamamento. Forte do Barro Branco 3, 460 unidades. São Mateus. Projec – Projetos Técnicos Sociais, Movimento Terra de Deus Terra de Todos e Associação Sem Terra COHAB Juscelino. Miguel Yunes é uma outra área em Santo Amaro, com 392 unidades. Esse está para o Minha Casa Minha Vida – FAR, vinculado ao PAC Drenagem Zavuvus também, que é aquela parte vinculada ao PAC, além do FDS. Essa aguarda inclusão no chamamento, mas é para o PAC Drenagem Zavuvus. Ela está programada para receber recursos para prosseguir na desapropriação pelo FUNDURB. José Dias, Butantã, 724 unidades. Aguarda também inclusão no chamamento. É para a demanda de Paraisópolis. Francisco Carvalho, 445, Butantã, 450 unidades, que também aguarda chamamento para Paraisópolis. Prédio Mauá, 342, são 112 unidades. Está no chamamento 2 de 2015. Ele está com FDS 2 aqui porque é uma chamamento que ainda não finalizou a análise. Está em fase final de seleção de entidades. Está resolvendo recursos. Entrou com recurso. O Prédio São João, 1492. São 18 unidades. É um prédio que será destinado ao Programa de Locação Social a desenvolver dentro do FMH. Prédio Sete de Abril, aqui são vários números porque ele compõe vários endereços, 94 unidades também destinadas ao Locação Social no âmbito do FMH. Prédio São Francisco 77. São 18 unidades também destinadas ao Locação Social. Campo das Pitangueiras, Emelino Matarazzo, um chamamento destinado à demanda do Renova Tiquatira, porque está em estágio super avançado de desapropriação e de aprovação de licenciamento de projeto. Fernão Dias, também, desapropriação já tem emissão na posse, e também tem edital em andamento, mas ainda não tem seleção. Edifício Ipiranga, 908, que são 52 unidades destinadas ao Locação Social, no âmbito do FMH. Edifício São João, 588, são 64 unidades, também destinadas ao Locação Social. estamos apresentando a disponibilização de recursos para desapropriação agora, que é o começo do procedimento de aquisição do imóvel. Ai vai no âmbito do programa que está em desenvolvimento. Então, aqueles oitenta e tantos milhões de reais que apareceram naquela tabela inicial no FUNDURB já estão destinados a essas intervenções, já houve uma aprovação inicial, no dia 1º de abril, para alocação de parte desses imóveis e agora, no dia 10, sexta-feira, vamos aprovar mais alguns prédios que já estão nessa apresentação porque houve a disponibilização de mais R\$11 milhões, que já performam oitenta e seis. Então, alguns prédios vão ser apresentados na sexta-feira, no FUNDURB. Passando agora para o Casa Paulista, a mesma coisa. Temos disponibilizados no FUNDURB R\$28 milhões para a Casa Paulista agora, que vai passar sexta-feira no FUNDURB, dia 10, além dos R\$19 milhões que já haviam sido disponibilizados e já aprovados na reunião do dia 1º. Aqui, estamos apresentando todos. Então, hoje, o que está sendo programado no FUNDURB, isso, com base na viabilidade de receber a solicitação da Caixa de aporte tendo em vista o grau de adiantamento das ações de desapropriação e o grau de adiantamento dos projetos de licenciamento e o grau de possibilidade de contratação dos empreendimentos com a Caixa. Então, essas três considerações deram esse elenco de empreendimentos: Alexios Jafet, Dom José I, Edifício Ipiranga, Maria Domitila, Curuçá, Tiradentes, Virgínia Torezin, Tupã, Safira 1, 2 e 3, e Nossa Senhora Aparecida, que não é Casa Paulista. Por isso colequei aqui outros aportes, que já vamos explicar. O Alexios Jafet já tinha um valor aprovado no FUNDURB no dia 1º, mas não era suficiente. Agora, com esse aporte adicional, conseguimos fazer todo o pagamento do aporte para o Alexios Jafet e viabilizar essa unidade. São 1104 unidades destinadas ao FDS com essas associações: Associação por Habitação com Dignidade; Associação Anjos da Paz da Vila Santista, Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste. São quatro condomínios... E o Nossa Senhora Aparecida, que é aquele voto que a Caixa, que o Marsura apresentou aqui, no FMH, há umas duas reuniões, e como estava exatamente sendo apresentado o Plano de Investimentos, como não havia possibilidade de recursos, apresentamos esse empreendimento no FUNDURB para verificar enquadramento. Ele conseguiu ser enquadrado porque era uma conclusão de obra. Então, conseguimos e vai ser aprovada agora, sexta-feira, a viabilização. Então, ele deixa de ser um aporte FMH, para ser um aporte FUNDURB. E aí vai ser feito um convênio específico, Caixa, SEHAB e Entidade, com a dotação orçamentária do FUNDURB, que é uma forma de viabilizar o empreendimento, que é a conclusão de 180 unidades do Crédito Solidário. E, além de tudo isso, serviços técnicos especializados, que dão suporte a todas as ações que envolvem os empreendimentos de urbanização de favelas, projetos, obras, mananciais e todas as questões que trabalhamos. Todos sabem que nossos empreendimentos têm várias fases de execução e a SEHAB conta com empresas contratadas em diversas linhas de ação e que dão suporte ao desenvolvimento das obras, também suportadas com recursos de diversas fontes, dependendo de onde a intervenção acontece. Então, temos aqui a SEHAB nessas intervenções acompanhando o tempo todo. Temos gerenciamento de programas, projetos e obras, que vão desde a prospecção de terrenos, análise, medição e aditivos; apoio durante a parte de projetos; apoio durante a licitação das obras; análise de projetos, fiscalização e acompanhamento dos contratos e apoio técnico também na regularização dos empreendimentos. Temos também execução de trabalho social, onde parte especializada é contratada. Ela acontece antes da obra, durante a obra e posterior à obra. Serviços de cadastramento, temos empresa que executa esse serviço de cadastramento das áreas, que são selagens e cadastros. Projetos, empresas contratadas para elaborar projetos. Elas elaboram projetos e depois adequam os projetos, eventualmente, durante a fase de execução de obras. As obras, temos empresas contratadas para executar as obras. E regularização fundiária também tem serviços contratados para dar suporte à regularização fundiária e registrar as áreas dos empreendimentos. Então, essa parte também onera essas fontes, que é importante conhecer como trabalhamos, que é todo universo de investimentos feitos para viabilizar a política municipal de habitação. Sr. João - Quando chegamos aqui, encontramos o Renova numa situação muito precária porque não tinha homogeneidade. Tínhamos dentro do Renova situações que iam sofrer intervenção, havia sido discutida. O Milton Nakamura fez uma primeira análise de filtrar tudo isso e, nessa primeira filtragem, vimos que num segundo momento do Renova a equipe interna de SEHAB tinha feito um trabalho muito bom de segurar, vamos dizer, os projetos para fazer com que só fossem desenvolvidos mais detalhadamente os projetos que tivessem segurança fundiária, ou seja, onde tínhamos algum encaminhamento efetivo para dar nos terrenos. Ele recuperou um número significativo de projetos que tinha uma perspectiva boa de continuidade, em termos de a questão fundiária estar resolvida e nós, eventualmente, podendo entrar com o projeto, quando tivermos dinheiro para isso. E resultou na perspectiva de se produzir 5.700 unidades que poderiam ser viabilizadas dentro dos projetos do Renova, porque haveria segurança fundiária para isso. Pedimos uma revisão desses projetos do Renova no sentido de tentar viabilizar também a melhoria habitacional com a fixação e consolidação dos bairros, quando isso fosse possível. A partir daí fizemos reuniões com todos os escritórios

envolvidos no Renova, para entender os projetos e, reuniões, num segundo momento, com aqueles que achávamos que dava continuidade. Depois fizemos uma terceira grande reunião, em que juntamos todo mundo para falar qual era a perspectiva. A partir daí, como o Renova não tinha previsão de financiamento, porque muitos deles inclusive tinham vinculação ao PAC e o PAC não saiu e agora na atual conjuntura política temos menos perspectiva em relação ao PAC, o que orientei foi que se deixasse o mais avançado possível para termos tudo isso pronto para, numa reestruturação financeira, numa próxima gestão, podermos começar a fazer o máximo possível de obras. Então, reestruturamos o Renova. Os escritórios que estavam contratados tinham um fundo de contrato e eles continuaram. Portanto, pedimos que fizessem uma revisão final dos projetos, já adequando ao Minha Casa Minha Vida III, mas também já entrando com licenciamento desses projetos para deixarmos tudo pronto para, uma vez tendo disponibilidade financeira, poder começar a fazer. E, num segundo momento, eu, pessoalmente, com o Milton, começamos a nos reunir com os comitês gestores, os conselhos gestores do Renova. Já nos reunimos com cinco ou seis deles. Retomamos o diálogo com a população porque a população das áreas do Renova estava se sentindo muito abandonada. Ela não tinha mais diálogo, não sabia o que ia acontecer, muitas famílias com pressão para uma eventual retirada, para um projeto que ninguém sabia exatamente o que era. Então, fizemos a reaproximação para num primeiro momento acalmar o pessoal e dizer que ninguém chegaria da noite para o dia tirando ninguém, sem ter uma aviso, e que ninguém iria fazer isso se não tivéssemos um projeto com efetivas condições de realização. Num terceiro momento, incluímos no Plano Municipal de Habitação, como terceira grande linha programática de atuação da secretaria, a intervenção prioritária nos assentamentos precários da cidade. O Programa de Intervenção Integrada em Assentamentos Precários envolve a urbanização de favela, mas numa ação integrada com as outras prefeituras; envolve melhoria habitacional; envolve produção; regularização fundiária se for o caso, nos programas de intervenção, que são essencialmente todas as ZEIS da cidade, que precisam de um Plano de Urbanização, que será esse Programa de Intervenção Integrada. Prioritariamente são essas áreas do Renova que já filtramos e selecionamos. E passa a ser prioridade para investimento dentro dos programas de intervenção que estão sendo propostos no Plano Municipal de Habitação. Sr. Mário - V a m o s abrir para as questões. Eliete. Sr. Eliete - A Antônia está fazendo há sete anos uma ocupação na São João nº588, que vejo agora que vai ser para Locação Social. Antes de ser Locação Social, quero, secretário e presidente, que os senhores marquem uma reunião com as 87 famílias que estão lá, para explicar a elas aonde vão, qual projeto que vão. É importante Locação Social. Mas, antes de Locação Social, há 87 famílias dentro daquele prédio há sete anos, com dois, três projetos feitos, baratos, para apresentar a todos. As famílias que lá estão não têm perfil de Locação Social. Elas são famílias que trabalham, que fizeram a vida no centro e têm o direito de morar no centro, na Av. São João nº588! Sr. Carmen - Compreendo a Eliete quando ela se refere à questão do Locação Social e deixo aqui um pedido a essa Mesa e aos conselheiros que vão entrar para fazermos uma reflexão. O Programa de Locação Social é um programa que está surgindo. Podemos ter junto com o Poder Público e com o Movimento Social uma discussão para buscarmos uma solução. A solução do momento é para se adquirir imóveis e, principalmente, na região central. Sua destinação ao Locação Social é uma alternativa que podemos discutir. Podemos estudar propostas de a demanda ser atendida no local de origem. Faço um apelo aos novos conselheiros que deixem que permaneça a origem. Por várias vezes o MSTC atendeu famílias de cortiços, levamos as famílias para outros lugares, e o cortiço hoje virou um lixão, um terreno abandonado. Então, peço que tenhamos essa sensatez. E proponho que o Locação Social seja um modelo novo com gestão do movimento, para não acontecer como no Olarias, como no Parque do Gato, e como em outros que não deram certo. Com relação aos meus companheiros da Mauá, vimos o esforço de se concretizar essa compra, essa desapropriação. Mas estamos sendo roubados pelos peritos judiciais! E isso é uma coisa que não se deve admitir. Sr. Isabel - Do projeto Alexios Jafet, foram cinco anos de luta. Se não fosse o aporte da Casa Paulista, não teríamos esse projeto hoje contratado. Tínhamos o aporte da Casa Paulista, do Governo do Estado. No final, há bons meses com esse compromisso, ele não colocou e foi em função desse aporte da Casa Paulista que se conseguiu viabilizar o Minha Casa Minha Vida III, que não se sabe se vai acontecer. Essa administração realmente nos propiciou isso, senão seriam cinco anos de luta e não saberíamos quando conseguiríamos viabilizar. Gostaria de saber como as contratações se dão, essas de projeto, de laudos, enfim? Como isso é feito? Sr. Nilda - Sobre a questão das obras, dos projetos de obras, seja do FAR, sejam obras de remoção, como está sendo o acompanhamento disso? Porque coloca-se que está em andamento, mas sabemos que há vários problemas no Ponte Baixa, que, inclusive, parou, retomou. Queria, inclusive, deixar aqui, como indicativo para o próximo Conselho, a constituição de um grupo do Conselho Municipal de Habitação para acompanharmos essas obras, porque tive muito problema enquanto conselheira sozinha na região, para atender cinquenta famílias, fazer reunião e esclarecer. Então, para os conselheiros acompanharem mais de perto essas obras porque realmente as famílias ficam desassistidas. Acho que está correta a companheira que colocou aqui sua indignação porque a luta dos movimentos de moradia no centro tem que ser revista nesse Programa de Locação Social, secretário. Nós, do MUHAB, defendemos bastante a questão da Locação Social. Na Cidade de São Paulo é impossível desapropriar esses prédios todos e passar para entidades. Mas acho que a proposta de administração social numa hipótese de colocar isso dentro do programa, para haver uma gestão dos movimentos, através das associações que já têm experiência para fazer trabalho social, é o caminho. E queria perguntar se o que foi apresentado é definitivo, porque acho que há algumas questões, por exemplo, de desapropriação, que precisamos ser revistas. Esse planejamento está fechado? Porque há áreas que poderiam entrar nesse pacote de desapropriação. Sr. Dito - Precisamos fazer uma discussão sobre o futuro do Programa Minha Casa Minha Vida, porque, como uma das fontes de recurso é recurso do Governo Federal, o que vai acontecer com o Faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida? Sabemos da posição da nova Secretaria de Habitação; ela tem uma posição muito pesada em relação à política de subsídio. E é quase certa que vai haver uma desidratação do Programa Minha Casa Minha Vida na Faixa 1, seja para o FAR e seja para o Minha Casa Minha Vida – Entidades. É um ponto que precisamos pensar dentro de um Plano de Investimentos. Precisamos pensar o que vai acontecer com esses terrenos, sem programa e com projeto. E a outra questão é a questão da lógica municipal. O que é recurso mesmo municipal que vamos ter no próximo ano para poder avançar a política? Estamos num momento muito difícil. Os conjuntos habitacionais em construção estão em ritmo muito lento, assim como todos os projetos que estão quase terminando da prefeitura. Muitos não vão conseguir terminar nesta gestão. São conjuntos grandes, que vão atender famílias de favelas, ou vão atender provisão, mas não vão conseguir viabilizar ou terminar, porque houve queda de arrecadação. Como vamos fazer nessa nova conjuntura e nessa nova agenda? E acho que o Plano de Investimentos não dialogou com esse momento. Embora o diagnóstico esteja correto, a proposta engendrada na pauta não dialoga com essa questão. Há um ponto na política que acho muito positivo, que é investir em terra, em desapropriação, porque, se não temos terra para fazer projeto, não conseguimos avançar com a política. Nesse sentido, acho que a secretaria, a gestão do Haddad, avançou uma

política de terra muito importante para a cidade. E precisamos olhar com carinho para ela porque, se não tivésemos planos factíveis que possamos viabilizar, daqui mais um ano, isso vai estar tudo ocupado. Devemos discutir toda a política habitacional, porque não sabemos o que acontecerá com a questão do Governo Federal. Mesmo em relação ao Governo Estadual, acabou o aporte do Estado há muito tempo para nós! Fizemos duas ocupações, na CDHU, e não têm programa. E a proposta da política é PPP, Parceria Público Privada. É essa a estratégia do Governo do Estado. Parece-me que vai ser o caminho também do Governo Federal nessa nova agenda. Então, precisamos pensar. Acho que estamos vivendo um nó da política. Não é mais o mesmo caminho que estávamos seguindo antes. Mudaram-se completamente a agenda e a pauta. Sr. Mário - Essa reflexão do Dito traz é fundamental. Agora, aqui não estamos discutindo o Plano de Investimentos futuro. Estamos na verdade apresentando o Plano deste ano. O Dito tem toda razão com relação ao desafio que está posto, principalmente, em relação ao questionamento dos recursos e subsídios para o Programa Minha Casa Minha Vida. E é fundamental fazermos esse debate. Sr. Denise - Temos muitos contratos abertos, muitas frentes de obra, obras que o próprio Secretário Mário foi visitar uma por uma e houve, no início do ano, no planejamento que fizemos, uma avaliação de quais frentes poderiam ser paralisadas para injetar maior recurso, concentrando em algumas frentes, para acelerar algumas áreas. O retorno que o próprio Mário trouxe das áreas era que era impossível paralisar porque a paralisação de algumas frentes traria um problema muito grave nas frentes que estavam lá, porque havia famílias já desalojadas que precisariam daquela infraestrutura. As remanescentes também ficariam numa situação complicada. Então, a proposta foi de tentar viabilizar as frentes de obra que eram passíveis de execução, até para evitar invasões, mas o ritmo acelerado dessas obras não é possível, com o recurso que temos. Então, há esse encaminhamento das obras num ritmo aquém do possível, porque as frentes poderiam estar mais avançadas. Sr. Geraldo - Houve um grande esforço nesses últimos meses, no sentido de pegar o Plano de Investimentos em vigência e alinhavar, fazer uma amarração, dar sentido para esse plano e constituir, inicialmente, uma programação de investimentos para esse ano e algumas para o futuro, como foi o conjunto de projetos que o João colocou do Renova. Da mesma forma, a questão dos prédios ocupados, que também foi feita essa construção. Com relação ao 588, a Eliete tem razão. Acho que temos que fazer uma discussão com as famílias. Existe uma intenção com o Locação Social para que seja feita a definição e o desenho do programa a partir da própria situação que a Nilda colocou, de tentar fazer um trabalho, um projeto, onde o movimento também constitua a gestão disso. Mas obviamente a colocação da Locação Social na apresentação, antes de se fazer essa discussão com as famílias, foi um pouco avançada. Temos que trazer as famílias sim para fazer a discussão e definir se vão para o chamamento. Porque a discussão na reunião passada foi pela desapropriação. Recepcionamos, consideramos, elaboramos, espumamos e dissemos: "Vamos avançar para desapropriação". Agora, o passo seguinte é realmente o da destinação: se vamos pegar o projeto e vamos fazer um projeto para ir para chamamento, considerando as famílias que estão lá, ou se vamos trabalhar com Locação Social. Iremos fazer a discussão com as lideranças e depois fazer a discussão com as famílias. Achei bastante pertinente a sugestão do grupo de acompanhamento dos projetos, dos empreendimentos, até com os novos conselheiros. E também destacar da fala do Dito a questão da previsão dos investimentos futuros. Uma coisa é amarrarmos o que já temos, constituirmos, dentro dessa lógica colocada aqui brilhantemente pela Denise. Agora, os investimentos futuros têm que também acontecer à luz da previsão do PMH. O PMH, mais do que um plano de intenção e um plano da política, tem que ser um plano operacional; ele tem que apontar para os horizontes de investimentos da política municipal. Acho que teremos que fazer um esforço coletivo nesse processo agora, quando o secretário colocar à disposição essa primeira versão do plano. Vai haver um primeiro momento, que é um momento de conceituação, mas vai haver um segundo momento, que vai ser um momento de para onde vamos apontar o plano, para que tipo de investimento, e quais serão os parâmetros e critérios que adotaremos para isso. Sr. Celso - O prédio ainda não foi adquirido. Temos um saldo e pretendemos fazer uma negociação porque o valor que temos é um valor correspondente ao valor que vinha sendo negociado com o proprietário. Num processo de transparência, estamos colocando aqui que os próximos prédios que são prioritários para nós são esses dois imóveis. No entanto, não estão efetivamente comprados. E queria dizer que já começamos a discussão no prédio da São João, nº588. Já começamos essa conversa numa reunião onde estavam a Antônia e outras lideranças, outros coordenadores do prédio. Sr. João - Os peritos judiciais hoje, no Brasil, são talvez os que colocam maior obstáculo para retomada de políticas de reabilitação de prédios no centro. Entretanto, isso não é uma contradição da gestão. Isso é uma contradição do Brasil. Não podemos fazer nada. O que podemos fazer é depois tentar negociar para mostrar que aqueles valores colocados são absurdos. Vou lembrar, por exemplo, do Hotel Aquarius, que existia uma firme intenção de desapropriação da prefeitura e a perícia judicial colocou em R\$40 milhões. A partir desse momento, se não há negociação com o proprietário, não temos o que fazer. Até nos solidarizarmos, achamos que temos que fazer essa discussão, mas nem sempre somos responsáveis e podemos mudar isso. Outro ponto é que a apresentação feita pela Denise é para informar o Conselho daquilo que estávamos executando este ano. Peço desculpas porque isso está sendo feito um pouco tarde. Mas não dependia da minha vontade porque eu não estava aqui. Em relação ao orçamento de 2017, ele não vai vir com uma mudança radical no sentido de que já vai estar completamente afinado com a política municipal de habitação, mesmo porque o Plano Municipal de Habitação não ficará pronto até o final do ano, pelo cronograma eleitoral, pelas dificuldades que tivemos. Enquanto o Plano Municipal de Habitação não passar em lei, aquilo que estamos dizendo que vai existir não pode ainda aparecer. Então, existe uma espécie de descompasso que vai ser o ano de 2017, que vamos tentar, dentro daquilo que a lei nos permite, dentro das nomenclaturas já existentes, colocar aquilo o mais parecido possível com o que é o Plano Municipal de Habitação, para poder avançar esse plano e em 2018 já acertarmos a partir de uma lei aprovada. O Plano Municipal de Habitação é uma proposta de discussão que vamos apresentar. E o que vamos lançar no final de junho, provavelmente, será um caderno de discussão pública. Portanto, nada do que está sendo colocado lá, no nosso entender, está fechado. Nada que está lá é uma lei que ninguém vai discutir. Tudo o que estiver nesse caderno será passível de discussões. Vamos fazer audiências públicas e discutir ponto a ponto. O que estamos colocando lá são grandes diretrizes. Dentro dessas grandes diretrizes, estamos colocando uma proposta financeira. A proposta financeira é justamente de refletir sobre esse novo cenário em que não teremos provavelmente mais o Minha Casa Minha Vida da mesma maneira que era. Portanto, não estamos renegando o Minha Casa Minha Vida, porque, muito possivelmente ele continuará privilegiando o setor empresarial. O que não é ruim. O problema é que ele não pode ser único, no nosso entender. E já que provavelmente um caminho será continuado, precisamos estruturar no nível municipal o outro caminho. Precisamos estruturar do ponto de vista da política municipal o outro caminho e esse outro caminho passa por tudo que estamos sugerindo lá, que tem a proposta de construção e autogestão. Está lá contemplada a retomada da política autogestionária de produção habitacional. Estamos colocando uma nova maneira de enfrentar a emergência da vulnerabilidade. Existindo ou não o Minha Casa Minha Vida, nós aqui temos

que cumprir nosso papel. Se o Minha Casa Minha Vida vai acabar com o Entidades, fazemos Entidades aqui. Claro que não será na mesma proporção em que o Minha Casa Minha Vida vinha fazendo, mas vamos lutar para fazer com que o Minha Casa Minha Vida - Entidades retorne também. Somos o único município do Brasil e a única Secretaria de Habitação do Brasil que se manifestou com nota pública e bastante enfática quando foi anunciado pelo Ministério das Cidades o fim do Minha Casa Minha Vida - Entidades. Essa nota está à disposição no site da secretaria. O que vamos fazer diante de um cenário de uma mudança radical da política nacional? Temos que construir a política municipal. Porque uma cidade que é a sétima cidade do mundo não pode não ter uma autonomia para realizar sua política municipal. Diante disso, entra com muita força a questão da Locação Social. É evidente que a política da Locação Social não vai sair do papel de hoje para amanhã. Se conseguirmos muito até o final do ano, recuperamos o parque existente. Precisamos de R\$10 milhões só para recuperar o parque existente, que estava abandonado. Então, que ninguém entenda e acredite que aqui vai se fazer qualquer tipo de ação política sobre habitação desrespeitando os movimentos, desrespeitando quem legitimamente está lá, quem está lutando pela moradia. Claro que sempre isso será negociado, como vimos fazendo. Ainda mais com movimentos que têm organicidade e legitimidade. Estamos negociando até com não movimentos, que não têm organicidade e não têm legitimidade. E negociamos porque não queremos a briga, não queremos o confronto. Estamos tendo que impor alguns limites inclusive sobre as ocupações em áreas centrais porque, enquanto há movimentos que estão legitimamente em prédios, que eles disputaram dentro de uma perspectiva do Minha Casa Minha Vida - Entidades, há oito, dez anos, ou sete anos, há outros grupos que não são movimentos que ocupam prédios e estão agitando, sublocando para a população vulnerável, que vêm aqui exigir auxílio aluguel, que vêm aqui ameaçar, que fazem pressão de ocupar a frente da prefeitura, que não são aqueles que dialogam conosco no Conselho Municipal de Habitação e não estão aqui agora. Então, que fique claro que sabemos disso, que temos essa diferenciação. A função social da propriedade é um ônus que tem que ser cobrado do proprietário e não de nós. Não adianta nada eu ter um prédio que sequer foi desapropriado e colocá-lo numa perspectiva de um chamamento, que não vai mais existir, porque o Ministério das Cidades vai anular esse programa. Temos que ter perspectivas. Dentro dessas perspectivas, o Locação Social é uma delas. Se em dia viermos a fazer Locação Social nesse prédio, é evidente que a população beneficiada vai ser a que está lá. E, dentro das perspectivas de Locação Social, uma das modalidades é que a gestão da Locação Social seja sim feita pelos movimentos. Essa é uma das perspectivas porque os movimentos de moradia do centro, que vêm disputando essa luta, que vêm conversando no Conselho há muito tempo, têm capacidade de fazer a gestão do Locação Social, que às vezes o próprio Poder Público não tem. Mas podem haver outras situações em que vamos poder, por exemplo, passar a gestão de Locação Social para SMADS, por exemplo, para a política de vulnerabilidade ou para a Secretaria da Mulher. Para fazer a política de atendimento habitacional via Locação Social, para mulheres em situação de violência. Ou para a Secretaria de Direitos Humanos, para fazer a gestão da população de rua. Estamos abrindo a política de Locação Social para várias frentes. Na Cidade de São Paulo tivemos mais de 250% de valorização imobiliária nos últimos cinco anos, em alguns edifícios da área central. E não faz sentido investirmos para desapropriar, investirmos para reabilitar, para, depois, repassar o imóvel para uma propriedade que não seja pública. É mais garantido que seja destinado à população de baixa renda, por muito longo prazo, e que esse prédio se mantenha como um parque público de aluguel, sob gestão da prefeitura em parceria com entidades e outras secretarias. Por isso a política de Locação Social é muito importante e naquilo que for investimentos futuros a serem feitos e não aqueles que já foram feitos. Daqui para frente, quando for investimento da prefeitura com recursos da prefeitura, vamos sempre dar prioridade ao Locação Social, que não quer dizer que seja sempre assim. Quer dizer que na maioria das vezes vamos dar essa prioridade. O que foi feito está feito, nas regras que eram. Ninguém vai querer quebrar essas regras em nenhum momento. Sr. Élcio - A Henriqueta é uma pessoa altamente gabaritada, assim como é a Inês. A Henriqueta é uma representante do GAR, que é o Grupo de Acompanhamento do FGTS, e o FGTS hoje é a única fonte de recurso para habitação. SBPE está com dinheiro mingando. E todo mundo vai buscar dinheiro no FGTS. Então, a Henriqueta, como profunda conhecedora do FGTS, defende muito o recurso do FGTS, de tal sorte que ele vá somente para habitação. Lógico que é canalizado para infraestrutura também, enfim. Realmente é uma pessoa que defende a habitação. Com relação ao Faixa 1, precisamos resgatar algumas coisas que já construímos juntos, Dito e eu. Quando lá, atrás, desenvolvemos aquele projeto do Moradia Digna, da PEC da Habitação, sentamos por vários meses. Começamos em 2008 essa discussão e chegamos a um determinado momento, porque não se tinha uma política nacional de habitação, e dissemos: "O que precisamos para iniciar uma política habitacional? Recurso". E foi aí, então, que essa construção, empresários, movimento social, sugeriu a vinculação de recursos, que sabíamos que era difícil, mas era a única forma de garantir recursos para a habitação. E avançamos muito nessa linha. Naquela ocasião também estava sendo desenvolvido o Plano Nacional, e no Plano Nacional, se tinha alguns cenários, por conta de recursos. E um dos cenários que foi incluído logo no final da apresentação do Plano Nacional foi a PEC. Isso foi no final de 2008. Em 2009 veio o Minha Casa Minha Vida, aportando mais recursos do que estávamos sugerindo e nós, logicamente, paramos aí nossa discussão. Talvez esse tenha sido nosso erro, porque havia dinheiro para o Faixa 1, sem controle. E acho que aí que foi o erro, porque não dava para imaginar que o Governo Federal ia ter recursos para sempre para pôr na Faixa 1. Então, hoje estamos com problema sim. Como vamos retomar essa política habitacional? Como vamos conseguir atender essa faixa da população de menor renda? É um desafio enorme! Há um desafio para o município, para o Estado e para o Governo Federal. Sobre a PPP, antes, também há de se registrar aqui que, no caso de São Paulo, Minha Casa Minha Vida – Faixa 1, só foi possível viabilizar graças ao Governo Estadual, que aportou os vinte mil, porque, senão, não conseguiríamos aqui, no Estado de São Paulo, rodar o Faixa 1 do Minha Casa Minha Vida. Mas também não há mais recurso. Então, temos um desafio grande. Para nós a PPP também é uma novidade. As empresas também têm suas dúvidas, principalmente nossas empresas lá que são pequenas. Essa modelagem ainda não está aculturada no âmbito empresarial. Isso é uma coisa que tende a aumentar sim porque é uma alternativa do privado juntamente com o público para tentar viabilizar também habitação no âmbito nacional, municipal, estadual, enfim. Temos que ter nossa política local. Mas como vamos fazer isso? É um desafio grande, não existe uma resposta fácil, porque o bem mais valioso que na verdade poderia proporcionar isso é o recurso e sabemos que não há recurso. Temos que sentar e discutir. Sr. Abraão - Estamos falando de um Estado que tem uma arrecadação enorme, que é o Estado de São Paulo. O Estado não tem programa habitacional hoje. O Estado não está atendendo ninguém. Lembro que fomos chamados para discutir dois programas. Na verdade, nossa proposta era o programa autogestionário. Eles vieram com a proposta da gestão compartilhada. E construímos os dois. Para a nossa surpresa, eles ficaram de publicar isso depois de quinze dias, enfim. Publicaram a gestão compartilhada e não publicaram a autogestão. Resumindo, a gestão compartilhada, hoje o governo reconhece que foi uma incompetência deles porque não avançou. E hoje essa gestão compartilhada, inclusive nossas entidades que foram

habilidades estão sendo migradas para o Programa Minha Casa Minha Vida. Então, por incompetência deles e o Alckmin está fazendo isso até agora. Sobre a PPP, acho que o Conselho Municipal de Habitação e a Secretaria de Habitação precisam depois fazer uma reflexão desse recurso que está sendo passado pelo Governo do Estado. Fizemos, inclusive, uma conferência municipal aqui para garantir essa questão de 1% do município. E o governo, com toda a arrecadação que tem, não constrói moradia! O governador não nos convenceu de que não há recurso para isso. O que o Estado não tem hoje, no ponto de vista dos movimentos populares, é um programa habitacional no Estado de São Paulo. Isso, eles não têm. E não é por falta de dinheiro. Eles têm dinheiro para fazer moradia. Nós, entidades, precisamos da força dos empresários. O fato é que o Governo do Estado fez todo esse isolamento. Então, é muito mais fácil dialogar com construtora que vai me beneficiar do que dialogar com os movimentos sociais que não dão retorno para o Governo do Estado. Referente à questão do Programa Minha Casa Minha Vida, os movimentos não estão satisfeitos com o que está acontecendo hoje. Se hoje estávamos tendo alguma coisa, era através do programa que ajudamos a construir. E não dá para um governo de golpista tirar as conquistas dos movimentos sociais. E esse corte que o governo fez agora, em Brasília, no lançamento das 19 mil, que caiu para 11 mil, queremos dialogar com a Henriqueta, que a conhecemos, porque tem que trabalhar com todas as frentes, mas não dá simplesmente para isolar os movimentos sociais. E não vamos permitir isso porque o Programa Minha Casa Minha Vida foi uma conquista nossa. É preciso rever essa questão de repasse das PPPs, relativo ao Governo do Estado, porque hoje o Governo do Estado não está cumprindo a questão dos vinte mil, até vinte mil a fundo perdido, para podermos viabilizar as compras de nossas terras. **Sr. Mário** - Temos problemas, e acabamos priorizando, daqueles diversos contratos que tínhamos, por exemplo, Mananciais. Tínhamos recurso do PAC que não veio plenamente e tivemos que, com recursos próprios, priorizar as obras principalmente que estavam numa fase bem adiantada para sua conclusão. E nesse caso entra a Ponte dos Remédios, Lidiane, uma série de intervenções. Com relação à SABESP, temos lá dois empreendimentos. E temos, além dos recursos, também problemas contratuais. Então, no SABESP 1, por exemplo, estamos com um problema com a empresa e problemas construtivos. E priorizamos SABESP 2, que o contrato estava com bom desempenho e estamos dando conta, que são aqueles prédios redondos do Heliópolis. E em relação à M'Boi, são obras, na verdade, porque o PAC 1, a provisão habitacional é feita com recursos do PAC. No PAC 2, o Programa Minha Casa Minha Vida é vinculado ao PAC. E, na obra do Ponte Baixa, o atendimento da remoção daquela obra de intervenção no Fundo de Vale, aquela ocupação do córrego, ela está sendo atendida pelo Minha Casa Minha Vida. E aí é um contrato da Caixa. Eram dois contratos, da Múltipla e da Hudson. O da Múltipla terminou, estamos entregando as unidades agora. E o da Hudson acabou atrasando por um problema da empresa. A estrutura já está montada. Acreditamos que em seis, oito meses, deve estar concluindo a obra. A ideia da comissão de acompanhamento vai contemplar muito bem o acompanhamento dessas frentes. Nesse diálogo que o Dito pontuou, o Elcio também, acho que é fundamental retomarmos com o viés da política municipal, que é o que o João tem falado muito, que é termos uma política municipal de habitação, inclusive, de provisão, de produção habitacional. Temos que sempre olhar com essa perspectiva do que é recurso de financiamento que tem retorno. A COHAB é uma empresa que na verdade produz unidades e depois, dessas unidades, uma parte é remunerada, para atendermos a população de uma faixa de renda que necessita subsídios. Existe a necessidade de um aporte de recursos para subsidiar a produção de unidades. A CDHU tem recursos carimbados do ICMS, 1%, todo ano, quer dizer, tem um orçamento consistente. E temos que ter uma política e discutir essa política e como se articulam os recursos da União, do Estado e do município para contemplar a produção de unidades na maior cidade do país, na maior metrópole. Precisamos ter uma política própria e adicionar a essa política recursos do Estado e recursos da União. A questão do financiamento vai ser um item importante para discutirmos no PMH. **Sra. Denise** - Todas as contratações feitas de apoio ou para projetos, ou para assessoria, ou consultoria, que foram apresentadas no final do Plano de Investimentos, são feitas mediante procedimento licitatório, com previsão legal de licitação e contratação. Execução de projetos, gerenciamentos, trabalhos de cadastramento, são todos trabalhos possíveis de serem contratados e contratados mediante licitação. E, em relação ao que o Abraão colocou da PPP, da habitação com o Estado, realmente, preciso levantar isso porque nesse leque de orçamentos e recursos isso não ficou no meu registro. **Sr. Mário** - Item 3. Situação da desapropriação do imóvel localizado à Rua Mauá, 342, Distrito República, Subprefeitura Sé. **Sr. Celso** - Convidei o Dr. Leandro, que é do Corpo Jurídico da COHAB, para que ele fizesse a atualização do processo de desapropriação do imóvel localizado à Rua Mauá. **Sr. Leandro** - A desapropriação da Mauá já está bem adiantada, já está com laudo definitivo. A COHAB ofertou um valor de ITBI; ela pagou o valor de ITBI desse imóvel. Foi feito laudo prévio e, na sequência, o laudo definitivo. Ambos os laudos, a COHAB impugnou até por questões técnicas, porque a COHAB não concorda com alguns termos do laudo. Principalmente, com relação ao valor. Alguns critérios que o perito utilizou estão em desacordo com as normas da CAJUFA. Estamos buscando que seja revisto esse valor, nem que seja feito um novo laudo para isso. Nossa impugnação foi feita agora do laudo definitivo, no mês de março. O juiz já determinou, no dia 25 de maio, a intimação do perito para prestar os esclarecimentos acerca do nosso laudo, no prazo de dez dias, contados a partir da intimação do perito. O perito não foi intimado ainda. Após os esclarecimentos periciais ainda vai continuar a discussão e vamos levar isso adiante porque não concordamos como valor. O valor está bem acima do estimado para esse prédio. A prefeitura depositou onze milhões e pouco. **Sr. Dito** - Fizemos uma plenária na Rua Mauá há mais ou menos dois meses, com várias entidades, com o pessoal do Observatório das Remoções, outras organizações que apoiam a luta da Rua Mauá, e outros movimentos. O Manoel Del Rio também participou dessa reunião junto com o movimento e todos os moradores para discutir a preocupação com o tamanho dessa avaliação desse prédio, dessa valoração dada pelo perito, em torno de R\$25 milhões. O Centro Gaspar Garcia acompanha, dá apoio à luta da Rua Mauá, mas há uma advogada, Dra. Rosângela, que acompanha o movimento há bastante tempo. Agendamos uma reunião com o Dr. Leandro há um mês, mais ou menos, e fizemos uma reunião para a associação se habilitar também na ação judicial para contestar esse laudo, ou seja, também estamos nesse movimento de denúncia dessa valoração. Não podemos perder o prédio da Rua Mauá! Custe o que custar, temos que achar um jeito de solucionar essa questão do prédio da Rua Mauá. Mesmo porque já está no edital de seleção. A entidade já foi selecionada para poder viabilizar o projeto de reforma do prédio. E acho inclusive que o próprio Prefeito Haddad tem que tomar conhecimento e, quem sabe, ele pessoalmente possa inclusive dialogar com o juiz sobre esse valor. Ou seja, temos que fazer uma discussão e buscar o apoio dos professores da universidade, da Professora Erminia Maricato, para encaminhar uma carta ao juiz, porque ela tem feito várias falas indignadas sobre essa situação de avaliação de prédio privado, enfim, buscar uma série de apoio para denunciar e pressionar o juiz em relação a essa questão. Quando o movimento fez a primeira negociação desse prédio, em 2003, eles pediram R\$2 milhões pelo prédio. Em 2016, o prédio custa R\$25 milhões? Acho que a Nete poderia usar a palavra. (Não há manifestação contrária quanto ao uso da palavra pela Sra. Eliete) **Sra. Ivanete** - Sobre a questão da Mauá existe uma avaliação completa

surreal, onde o perito não teve acesso ao imóvel, onde ele pegou essa informação através de uma planta. A planta, segundo informações do nosso arquiteto, não condiz com a construção e a metragem da terra e tudo mais. Então, a conta não está batendo de todas as formas. A nossa proposta quanto entidade, quanto moradores, quanto comunidade, é que se peça um novo laudo, uma terceira avaliação. Porque a primeira, acho que foi do Governo Municipal. A segunda não bate. A outra questão é fazer como foi feito com relação ao Prestes Maia, quando o Dito foi conversar no Judiciário e o Judiciário trouxe a preocupação da Prestes Maia e sentou todo mundo à mesa para discutir a questão. Dá para seguir também esse modelo. E nós, quanto demanda da Mauá, estamos preparados para a luta, afinal de contas são nove anos e não são nove dias. Na verdade, são doze anos, porque a primeira ocupação da Mauá surgiu em 2003. E depois retornamos em 2007. O proprietário deve para os caixas públicos IPTU, que deveria ser revertido para o Poder Público, para reverter para a questão social, educação, moradia e nada disso é feito. Aí, na hora que ocupa, ele se sente no direito de avaliar e ter o imóvel dele avaliado. Se está dessa forma que está hoje, é porque nós reformamos. Trocamos o piso interno. Existia um acordo anterior com o proprietário que acompanhei. A prefeitura pagou R\$11 milhões e o proprietário pedia R\$18 milhões. E aí, com esse perito, pediu R\$25 milhões. Está claro aqui que o restante do recurso vai para o bolso de alguém e não é das famílias que estão lá. Vai para o bolso do Judiciário, do perito, menos das famílias que estão lá. Então, não queremos ser lesados. Não queremos aceitar essa forma e não vamos perder a Mauá. Disso, os senhores podem ter certeza. Vai ter luta. **Sr. Mário** - Vamos fazer os questionamentos do ponto de vista do laudo. O nosso caminho é o institucional e o caminho do movimento é o da luta e tem todo o apoio a essa luta. Acho que está muito claro que existe uma defasagem nesse laudo e vamos percorrer todos os caminhos, da institucionalidade, do questionamento jurídico disso. O Dito e a Nete têm razão ao articular apoios e denunciar, para reforçar a nossa ação institucional com a pressão do movimento, combinando esses dois elementos. Gostaria de agradecer muito a presença de todos, agradecer esse Conselho. Contamos com o apoio dos conselheiros para a formação inicial dos conselheiros que estão chegando. Até meados de junho, devemos saber a data da posse dos novos conselheiros e vamos informar com antecedência os senhores. (Encerra-se a reunião).

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GABINETE DO SUPERINTENDENTE

CONTABILIDADE

RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO

Ficam convocadas as empresas abaixo relacionadas, a retirarem as Nota (s) de Empenho, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes, na Gerência Técnica Contábil Financeira, à rua Castro Alves, 63/73, 5º Andar de 2ª a 6ª feira, das 8 às 17 horas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, (Para Processos de Dispensa/Exclusividade/T.P./Convite e Concorrência) e 03 (Três) dias úteis, (Para Processos de Ata de RP e Pregão), a contar desta data.

EMPRESA	PROC/MOD.	N.E.
FILPE N R DA S & CIA LTDA EPP	2015-0.294.157-7	Pregão 080/2016 1467
JPL IND COM DE BEM LTDA ME	2015-0.294.157-7	Pregão 080/2016 1463
LIGA COM DE EMB LTDA EPP	2015-0.294.157-7	Pregão 080/2016 1466
MULTISUL COM E DISTR LTDA EPP	2015-0.294.157-7	Pregão 080/2016 1465
PRISMA COM L E DISTR DE BEM LTDA EPP	2015-0.294.157-7	Pregão 080/2016 1464
TRELA C M LIMPEZA E HIG LTDA EPP	2015-0.294.157-7	Pregão 080/2016 1484
STRYKER DO BRASIL LTDA	2015-0.305.058-7	Pregão 012/2016 1478

RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO

Ficam convocadas as empresas abaixo relacionadas, a retirarem as Nota (s) de Empenho, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes, na Gerência Técnica Contábil Financeira, à rua Castro Alves, 63/73 5º Andar de 2ª a 6ª feira, das 8 às 17 horas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, (Para Processos de Dispensa/Exclusividade/T.P./Convite e Concorrência) e 03 (Três) dias úteis, (Para Processos de Ata de RP e Pregão), a contar desta data.

EMPRESA	PROC/MOD.	N.E.
MIL C I E M M H LTDA EPP	6210.2016/0000701-3	Dispensa 1462
PRONFRO BRASIL LTDA	6210.2016/0000680-7	Dispensa 1461
SOLUMED D M P S LTDA	6210.2016/0000069-8	Dispensa 1456
SOLUMED D M P S LTDA	6210.2016/0000529-0	Ata de RP nº 132/2016-SMS-G 1457
ZAMMI INSTRUMENTAL LTDA	6210.2016/0000535-5	Dispensa 1459

RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO

Ficam convocadas as empresas abaixo relacionadas, a retirarem as Nota (s) de Empenho, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes, na Gerência Técnica Contábil Financeira, à rua Castro Alves, 63/73 5º Andar de 2ª a 6ª feira, das 8 às 17 horas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, (Para Processos de Dispensa/Exclusividade/T.P./Convite e Concorrência) e 03 (Três) dias úteis, (Para Processos de Ata de RP e Pregão), a contar desta data.

EMPRESA	PROC/MOD.	N.E.
CRISTALIA PROD QUIM FARMAC LTDA	6210.2016/0000291-7	Dispensa 1470
FANEM LTDA	6210.2016/0000641-6	Inexigibilidade 1472
GABISA M I LTDA EPP	6210.2016/0000276-3	Ata de RP 133/AHM/15 1469
GUINEZ I C R I LTDA	6210.2016/0000267-4	Dispensa 1486

RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO

SETOR DE GESTÃO DE CONTRATOS

Encontra-se a disposição do interessado, após convocação do mesmo, no Setor de Gestão de Contratos, na Rua: Castro Alves, 63/73, 8º andar, de 2ª a 6ª feira, das 8 às 17 horas, a Nota de Empenho abaixo relacionada, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes.

EMPRESA	PROC/MOD.	N.E.
EFETIVE PROD MED HOSP LTDA ME	2015-0.323.693-1	Pregão 097/16 1479
LIFEMEDICA C M M H LTDA EPP	2015-0.323.693-1	Pregão 097/16 1481
P.H.O. PROD HOSP E ODONTO LTDA	2015-0.323.693-1	Pregão 097/16 1482
ROMA REAGENTES LTDA EPP	2015-0.323.693-1	Pregão 097/16 1480

RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO

Ficam convocadas as empresas abaixo relacionadas, a retirarem as Nota (s) de Empenho, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes, na Gerência Técnica Contábil Financeira, à rua Castro Alves, 63/73 5º Andar de 2ª a 6ª feira, das 8 às 17 horas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, (Para Processos de Dispensa/Exclusividade/T.P./Convite e Concorrência) e 03 (Três) dias úteis, (Para Processos de Ata de RP e Pregão), a contar desta data.

EMPRESA	PROC/MOD.	N.E.
CBS MED CIENTIFICA S/A	6210.2016/0000203-8	Dispensa 1474
GABISA M I LTDA EPP	6210.2016/0000203-8	Dispensa 1473
OLYMPUS OPTICAL DO BRASIL LTDA	6210.2016/0000522-3	Inexigibilidade 1475
OLYMPUS OPTICAL DO BRASIL LTDA	6210.2016/0000522-3	Inexigibilidade 1476

DESENVOLVIMENTO URBANO

DEPARTAMENTO DE USO DO SOLO

COMUNIQUE-SE

2016-0.128.881-2-FUNDAÇÃO SÃO PAULO - FUNDASP.
; LOCAL:Rua Marques de Paranaguá, 111, Consolação, São Paulo.

ASSUNTO: Declaração de Potencial Construtivo Passível de Transferência.

1) O interessado deverá apresentar documentação identificando e qualificando o solicitante quanto à sua condição de procurador ou representante legal da FUNDAÇÃO SÃO PAULO - FUNDASP, Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.990.751/0001-24, proprietária do imóvel situado à Rua Marques de Paranaguá, 111, sede do Instituto Sedes Sapientiae, registrado no 5º Cartório de Registro de Imóveis da Capital sob a matrícula nº 8.647, e inscrito no cadastro municipal sob SQL 010.014.0323-1, no Distrito da Consolação, na Subprefeitura da Sé, Município de São Paulo;

2) O interessado deverá manifestar-se no prazo máximo de 30 dias corridos, contados a partir da publicação deste no DOC. O não atendimento no prazo estabelecido será considerado como desistência deste.

COMUNIQUE-SE

2014-0.177.851-4-JJJ ADMINISTRAÇÃO DE BENS Ltda.
; LOCAL: Av. Brig. Luíz Antonio, 1573, São Paulo/SP; ASSUNTO: Certidão de Transferência de Potencial Construtivo ZEPEC-BIR.

O requerente deverá:

1. Apresentar Atestado de Conservação e Preservação de Imóvel Tombado, nos termos do Anexo I, da Resolução nº 23/CONPRESP/2015, em atendimento ao Artigo 129 da Lei nº 16.050/14, do imóvel localizado na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, nº 1.573, identificado no Cadastro Municipal pelo SQL 009.054.0012-7, na Subprefeitura Sé, no Município de São Paulo;

2. O interessado deverá manifestar-se no prazo máximo de 30 dias corridos, contados a partir da publicação deste no DOC. O não atendimento no prazo estabelecido será considerado como desistência deste.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

PA nº 2011-0.247.117-4 – INTERESSADO: Núcleo Assistencial Irmão Alfredo – ASSUNTO: Pedido de Certidão de Domínio Serve a presente para notificar Vossa Senhoria, para que no prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data desta publicação, compareça no protocolo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano com endereço à Rua São Bento, 405, 17º andar, Centro, para informar através de requerimento a ser apresentado e recolhimento da respectiva taxa, no setor acima mencionado, para informar se prevalece o interesse na expedição da certidão requerida no presente processo, tendo em vista a edição do Decreto 52.955 de 03/02/2012, que revogou a permissão de uso, conforme já informado no Ofício 242/DGPI/2012, recebido por Vossa Senhoria em 25/04/2012.

Saliente para seja a presente notificação atendida no prazo estabelecido (5 dias), contados do seu recebimento, sob pena de indeferimento dos autos.

PA nº 2012-0.184.626-5 – INTERESSADO: Mary Harada Miyai – ASSUNTO: Pedido de Certidão Enfitéutica Serve a presente para notificar Vossa Senhoria, para que no prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data desta publicação, compareça no Departamento de Gestão do Patrimônio Imobiliário - DGPI com endereço à Rua Líbero Badaró, 425 15º andar, Centro, para retirar Certidão Enfitéutica emitida em 07/12/2015.

Saliente para seja a presente notificação seja atendida no prazo estabelecido (5 dias), contados do seu recebimento, sob pena de indeferimento dos autos.

PA nº 2014-0.331.969-0 – INTERESSADO: Hotéis Aeroporto de Congonhas Empreendimentos Ltda – ASSUNTO: Pedido de Certidão Enfitéutica Serve a presente para notificar Vossa Senhoria, para que no prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data desta publicação, compareça no Departamento de Gestão do Patrimônio Imobiliário - DGPI com endereço à Rua Líbero Badaró, 425 15º andar, Centro, para retirar Certidão Enfitéutica emitida em 21/07/2015.

Saliente para seja a presente notificação seja atendida no prazo estabelecido (5 dias), contados do seu recebimento, sob pena de indeferimento dos autos.

SAÚDE

GABINETE DO SECRETÁRIO

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIMPROC

COMUNIQUE-SE: EDITAL 2016-1-103

GABINETE DO SECRETARIO
ENDERECO: RUA GENERAL JARDIM, 36 - 2 ANDAR
2015-0.245.905-8 SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE
APENACAO:AP.84.010.0398/2016 84.10-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE APENADO:06.217.117/0001-08 ART MEDICAL PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA - EPP EMPENHO:42.637/2016 CONTRATO:0552015MSM1 TIPO:MULTA MULTA:R\$3.000,00 RETIRRATIFICO O DESPACHO PREFERIDO A FOLHAS 91, PUBLICADO NO DOCDE 12/11/2015, PAG. 184, PARA FAZER CONSTAR A APLICACAO DA PENALIDA DE DE MULTA DE 20%, NF 6.578 PELO RETARDAMENTO NA ENTREGA DO OBJETO CONTRATUAL, CONSUBSTANCIADO PELA NOTA DE EMPENHO NÂ 42.637/2016 E NO COMO CONSTOU: PERMANECENDO INALTERADAS AS DEMAIS DISPOSCIOES DO REFERIDO DESPACHO QUE NAO COLIDIREM COM O PRESENTE. PP EMPENHO:42.637/2016 CONTRATO:0552015MSM1 TIPO:MULTA MULTA:R\$3.000,00 RETIRRATIFICO O DESPACHO PREFERIDO A FOLHAS 91, PUBLICADO NO DOCDE 12/11/2015, PAG. 184, PARA FAZER CONSTAR A APLICACAO DA PENALIDA DE DE MULTA DE 20%, NF 6.578 PELO RETARDAMENTO NA ENTREGA DO OBJETO CONTRATUAL, CONSUBSTANCIADO PELA NOTA DE EMPENHO NÂ 42.637/2016 E N

2016-0.101.350-3 SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE
APENACAO:AP.84.010.0399/2016 84.10-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE APENADO:00.495.124/0001-95 MR COMPUTER INFORMATICA LTDA. EMPENHO:6.964/2016 CONTRATO:0722014MSM1 TIPO:MULTA MULTA:R\$7.438,00 APLICAO A EMPRESA MRCOMPUTER INFORMATICA LTDA., CNPJ 00.495.124/0001-95, PELO ATRASO NO ATENDIMENTO DO CHAMADO, A PENALIDADE DE 1%(UM POR CENTO) SOBRE O VALOR MENSAL DO EQUIPAMENTO AFETADO, MULTIPLICADO PELO NUMERO DE HORAS UTEIS QUE EXCEDEREM O LIMITE ESTABELECIDO COMO META, AGRAVADO DE MAIS 1% PARA ATENDIMENTO QUE ULTRAPASSAREM 8 HORAS UTEIS (ITEM 5.1.3). NO VALOR DE R\$ 929,75 E PELO ATRASO NA SOLUCAO DE VISITA TECNICA, A PENALIDADE DE 1,5% (UM E MEIO POR CENTO) SOBRE O VALOR MENSAL DO EQUIPAMENTO AFETADO, MULTIPLICADO PELO NUMERO DE HORAS UTEIS QUE EXCEDEREM O LIMITE ESTABELECIDO COMO META, AGRAVADO DE MAIS 1,5% (UM E MEIO POR CENTO) PARA ATENDIMENTOS QUE ULTRAPASSAREM 16 HORAS UTEIS (ITEM 5.1.4). NO VALOR DE R\$ 6.508,25, REFERENTE AO MES DE MARCO/16 (01A 31/03/2016) NA UNIDADE ESCOLA MUNICIPAL DA SAUDE, PREVISTOS NA CL AUSULA DECIMA, ITEM 10.1, SUBITEM E)

E NO ANEXO I ÁTERMO DE REFERENCIA ITENS 5.1.3 E 5.1.4, COM FUNDAMENTO NO TERMO DE CONTRATO NÂ 02014-SMS-1/CONTRATO E NO ART. 86 DA LEI FEDERAL NÂ 8666/93. OUTROSSI, FICA A EMPRESA NOTIFICADA DO PRAZO DE CINCO DIAS UTEIS PARA INTERPOSICAO DE EVENTUAL RECURSO; A CONTAR DA PUBLICACAO DESTA DESPACHO, MEDIANTE O RECOLHIMENTO DAS RESPECTIVAS CUSTAS.

COMUNICADO - ATAS DE R.P.

ASSUNTO: ASSINATURA DA ATA DE R.P.

Ficam as empresas abaixo relacionadas, na presença de seu representante legal, convocada para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de 02 dias úteis, no horário das 9:00 às 17:00 horas, mediante apresentação da documentação exigida em edital, amostra se for o caso, no Setor de Atas de Registro de Preços - SMS-3, sito à Rua Gal. Jardim, 36 – 3º andar, fone: 3397-2140 / 2154.

Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda.

Ata de R.P. 2017/16-SMS.G – Pregão Eletrônico 123/ SMS.G/16 – Wagner Maia Simões.

Interlab Farmacêutica Ltda.

Ata de R.P. 202/16-SMS.G – Pregão Eletrônico 140/ SMS.G/16 – Laercio Verissimo dos Santos Junior.

Biolab Sanus Farmacêutica Ltda.

Ata de R.P. 203/16-SMS.G – Pregão Eletrônico 141/ SMS.G/16 – Felipe Thomaz Paletta.

Prati, Donaduzzi & Cia Ltda.

Ata de R.P. 204/16-SMS.G – Pregão Eletrônico 155/ SMS.G/16 – Kleber Beneli Goulart.

Dimaci/SP Material Cirúrgico Ltda.

Ata de R.P. 205/16-SMS.G – Pregão Eletrônico 156/ SMS.G/16 – Ricardo Vieira Cassiano.

Becton Dickinson Ind. Cirúrgicas Ltda.

Ata de R.P. 206/16-SMS.G – Pregão Eletrônico 174/ SMS.G/16 – Aline Rúbia Cassiano Costa.

Cruzel Comercial Ltda. – ME

Ata de R.P. 207/16-SMS.G – Pregão Eletrônico 104/ SMS.G/16 e

Ata de R.P. 212/16-SMS.G – Pregão Eletrônico 091/ SMS.G/16 – André Pereira da Cruz.

Cirúrgica Fernandes Com. Repres. Mat. Cirúrgicos e Hosp. Sociedade Ltda.

Ata de R.P. 208/16-SMS.G – Pregão Eletrônico 104/ SMS.G/15 – Marisa Breguês.

Unidental Produtos Odontológicos Médicos e Hospitalares Ltda. – EPP

Ata de R.P. 209/16-SMS.G – Pregão Eletrônico 138/ SMS.G/16 – Luciano Ferreira Peixoto.

Dental Prime – Produtos Odontológicos Médicos Hospitalares Irelai – ME

Ata de R.P. 210/16-SMS.G – Pregão Eletrônico 138/ SMS.G/16 – Humberto Délio Donini.

Dispharma Distribuidora Prods. Farmacêuticos Ltda. – EPP

Ata de R.P. 211/16-SMS.G – Pregão Eletrônico 091/ SMS.G/16 – Francieli Terezinha Goetz.

SDK Comércio de Correlatos da Saúde Ltda.-EPP

Ata de R.P. 213/16-SMS.G – Pregão Eletrônico 115/ SMS.G/15 – Vinicius Ferraciu de Silveira Campos.

DIVISÃO TÉCNICA DE SUPRIMENTOS – SMS.3

DEFESA ADMINISTRATIVA

Ficam CONVOCADAS as empresas abaixo relacionadas, a apresentar Defesa Prévia por descumprimento de cláusula contratual, à Rua General Jardim, 36 – 3º andar – Vila Buarque, das 8 às 16 hs. no prazo de 05 dias úteis, a partir desta publicação.

PROCESSO	NE	RAZAO SOCIAL
Em razão de 14 dias de atraso na entrega referente das Danfe 63.169 e 63.829		
6018.2016/0003057-7	033.743/16	PORTAL LTDA.

Em razão de 6 dias de atraso na entrega na entrega da DANFE 421.815

6018.2016/0002636-7	054.671/16	PRATI DONADUZZI & CIA. LTDA

HOSP. MUN. E MAT. ESCOLA DR. MÁRIO DE MORAES ALTENFELDER DA SILVA

NOTIFICAÇÃO

PROCESSO Nº. 2016-0.116.817-5

Tendo em vista a inexecução parcial do ajuste consubstanciado nas Notas Fiscais nº 4326/2016 e 4368/2016, é o presente para NOTIFICAR a empresa Novitech Equipamentos Médicos Ltda.-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.233.825/0001-00, que encontra-se sujeita a ser penalizada, de acordo com o previsto na Cláusula Décima Primeira do Termo do Contrato nº 011/2014 – HMEC, em razão do não cumprimento do item 11.1.4, relativo ao mês de Março e Abril de 2016, conforme parecer do Fiscal do Contrato às fls106., o qual se encontra com vista franqueada a Vossa Senhoria. Caso queira, informamos que está aberto o prazo de cinco dias úteis, para vistas ao processo e oferecimento de Defesa Prévia, (art. 54, II do Decreto Municipal nº 44.279/03), a qual deverá ser protocolizada na Assistência Técnica Jurídica do HMEC, situada na Avenida Deputado Emílio Carlos, nº 3107, Vila Nova Cachoeirinha – São Paulo, SP.

COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE